

UNIVERSIDADE E ARQUIVOS: PERFIL, HISTÓRIA E CONVERGÊNCIA

Heloisa Liberalli Belloto
USP/UnB

RESUMO:

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Universidade e Arquivo: perfil, história e convergência*. *Trans-in-formação*, 1(3): 15 - 28, set/dez, 1989.

A partir do quadro histórico da organização das universidades até a cristalização no século XX, de suas funções primordiais: universidade - ensino, universidade - pesquisa, universidade - divulgação e a universidade - serviços; da discussão sobre a importância da autonomia universitária e a demonstração de suas atividades-fins através de documentos; e do quadro histórico do aparecimento dos Arquivos e da Arquivologia reflete sobre o ponto de convergência entre universidade e arquivo e a necessidade uma política eficaz de tratamento de documentos.

Unitermos: *Universidade, arquivo, história*

Este complexo educacional-científico-tecnológico que é a universidade, hoje em pauta e em crise, merece, neste momento, ser reconsiderada por aquelas vertentes sociais que, ao mesmo tempo em que se servem dela, são seus elementos de sustentação, sendo mesmo sua razão de ser. Pela sobrevivência da universidade, todas as áreas profissionais, dos efeitos de transmissão e da prestação de serviços, devem rever os caminhos de suas relações com a academia. É preciso que explicitem às competentes autoridades a indispensabilidade do apoio e concessão de recursos de toda ordem às instituições de ensino superiores para que se renovem, com urgência as relações entre o Estado e a Universidade.

De um lado a universidade; de outro, os arquivos. Estes, com suas atividades informativas sejam as técnico-administrativas, sejam as sócio-cul-

turais, também compromissados com a sociedade a que servem, seja no domínio do direito público, seja no do privado. Qual é a posição da função arquivística, dentro das instituições de ensino superior? Para melhor poder discerní-la é preciso enfocar o perfil e a evolução de cada um. Arquivos e Universidade. Esta que não é repartição pública, nem empresa comercial; que também não é indústria do conhecimento nem indústria de ensinar; que, além disso, também não é só "a coordenação pedagógica para transmitir e explorar conhecimentos, nem só instrumento de comunicação, adestramento, informação, inventário enciclopédico; mais que os temas versados ou as matérias referidas importam as alternativas que, para cada problema, a universidade tem que buscar" (Macedo, 1971). De outro lado, os arquivos que são unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem, por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes da concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica.

A universidade - **universitas** (saber total, universal) tem suas origens na Baixa Idade Média. No século XII, os estudos superiores começaram a deixar o meio exclusivamente monacal e teológico. O feudalismo, até então, com suas características ruralizantes confinara a educação aos mosteiros isolados, onde a preparação intelectual atingia tão somente a poucos privilegiados. O fortalecimento da vida citadina e comercial ensejava a criação de núcleos leigos com fins de educação e de formação profissional. Na economia urbana, em constante crescimento, estabelecia-se uma rigorosa divisão de trabalho. No campo, a agricultura e os lavradores; na cidade, os negócios, as artes manuais e as corporações de ofício.

Eram agora, o comércio e a indústria que passavam a ditar e a diferenciar um novo grupo de homens que antes achava-se "à margem de uma sociedade em que somente a terra garantia a existência" (Pirren, 1966). Assim, o trabalho passava a organizar-se em torno das confrarias, cuja origem remontava os **Colegia** romanos. Estas corporações de ofícios pretendiam não só o auxílio mútuo, como também criar barreiras à concorrência dos forasteiros. Poderiam os trabalhadores, a partir de então e através de sua organização, exercer certo poder resistência às imposições medievais dos poderes reais e feudais. No bojo da urbanização, o sistema corporativo adentrava a área de educação superior. Grupos de interessados passaram a recorrer a mestres isolados que presidiam agrupamentos e estavam investidos de autoridade para conceder títulos de capacitação profissional. Professores e alunos tiveram que se unir para defender os seus interesses comuns e assegurar a autonomia indispensável ao seu trabalho. As corporações que formavam receberam o nome de **universitas**. Estas corporações

creceriam em número e em importância na Europa Ocidental; isto até sua consolidação definitiva no século XIII.

Surgia, deste modo, a universidade, não oriunda das escolas dos conventos ou das catedrais, como seria de supor, já que aquelas e estas tinham sido, afinal, os centros de ciência e de estudo que, no declinar da época imperial romana, salvaram o saber e a cultura clássica através das cópias de textos e das preleções pedagógicas. A universidade nasceria de outro berço: o daquelas corporações profissionais. Tratava-se neste caso específico de associações que, como se constata, ora eram professores que buscavam mestres (**universitas scholarum**), ora eram professores que se organizavam e escolhiam, por entendimentos prévios com seus futuros alunos, o que lecionariam (**universitas magistrorum**) (Mondolfo, 1966).

A nova feição corporativa da educação superior, consolidada no século XVII, não comportava um saber imposto pela via paternalista. A universidade nascia pois, reitere-se, dentro da fermentação provocada pelo início da anteposição entre as tendências ruralizantes do sistema feudal e as tendências libertárias do novo mundo urbano. E aquelas transformações na vida social, com todo o sentido de independência e autonomia que trazia, acabaria por suscitar maior senso de responsabilidade e de iniciativa. Como se verifica, portanto, as universidades não foram propriamente fundadas e sim organizadas pouco a pouco, à base de sistema corporativo. Iniciativa e responsabilidade, signos de seus primórdios (Belotto, 1982).

Desde as primeiras décadas do século XIII iam se concretizando nas várias regiões européias - cuja geopolítica não era, obviamente a da atual configuração - as universidades de Bolonha, Oxford, Paris, Salerno, Cambridge, Montpelier, Pádua, Salamanca, Coimbra...

A força da universidade - ainda que, por ora, só emanada da **lectio** (a lição) e da **disputatio** (o debate) - foi se tornando sempre crescente. Desenvolvia-se dentro daquela fermentação intelectual que o renascimento da vida urbana, do comércio e do aparecimento de novas camadas da população, com oportunidades sociais, alimentavam. Nessa fermentação, evidentemente, a universidade passaria a atuar na formação de quadros profissionais e nas opções de novas formas de exame e de reflexão. Assim foi até o século XVI quando o poder governamental centralizante começaria a refrear-lhe, em parte, a pujança e o ritmo.

No desenrolar da Idade Moderna - portanto desde o século XVI até fins do XVIII - as universidades, inclusive as já existentes na América Espanhola e América Inglesa (não ainda na Portuguesa, como se sabe), foram pouco a pouco cristalizando as suas funções específicas; no entanto, ainda estavam demasiado absorvidas pelo ensino e pela reflexão, atuando afasta-

das dos interesses mais prementes da sociedade. Evidentemente as circunstâncias do governo absolutista agravam tal situação.

Foi a reformulação da Universidade de Berlim, no século XIX, que trouxe novo alento ao ensino superior. Tornava-se claro que já não se deveria tolerar que a universidade tal qual se mostrava naquele momento - e negando-se as suas origens - fosse tão somente "privilégio de um grupo de homens empenhados em transmitir conhecimento para alguns jovens, em função do aperfeiçoamento individual de cada um. Ciência, sim, se fazia, porém não estavam recebendo contribuições teóricas e metodológicas da universidade, agora por culpa de sua cristalização purista, erudita e elitista. A renovação iniciada em Berlim, com Humboldt, foi redentora e logo teve seguidores (Guimarães, 1980): a universidade européia voltava-se, outra vez, para o "conhecimento novo", a busca da verdade, através da pesquisa e da criação científica. Passava a transmitir expansivismo o que pesquisava e o que criava. E foi com este espírito que se forjaram as novas universidades do século XX, em todo o mundo.

Com algumas diferenças entre as dos vários países e entre as públicas e as privadas, de qualquer forma, as instituições de ensino superior procuram atuar satisfatoriamente como um todo integrado de suas quatro funções primordiais: a universidade-ensino, a universidade-pesquisa, a universidade-divulgação, a universidade-serviços.

A função docente visa a entregar ao mercado de trabalho profissionais competentes, cuja atuação em suas respectivas áreas possa demonstrar que aprenderam algo mais do que o "saber fazer". Pretende-se forjar profissionais com visão global de sua área e conhecedores das relações do seu campo de atividade com a própria sociedade. Não puramente o técnico que acaba por ser, como já se disse, aquele que compreende tudo do seu trabalho, mas não conhece seu objetivo final e nem a posição e lugar do fruto do seu trabalho no contexto universal. Os egressos de uma universidade em que o ensino esteja voltado para a qualidade, mais do que a quantidade, estarão envolvidos pelo instrumental teórico e metodológico para saber lidar com as técnicas e os conteúdos aprendidos, mesmo quando se apresentam de forma e dimensão inesperadas. "É preciso que o ensino seja transformado de transmissão pura e simples de teorias antigas, válidas nos momentos de eficiência, a dúvida, a provocação de novas idéias; do compromisso com um passado onde a uni-disciplinaridade dos currículos era suficiente para assegurar bons empregos, para currículos onde a formação multidisciplinar comprometa o aluno com a realidade; é preciso sair da chatice das aulas repetitivas para a aventura de, com sentimento, praticar novos métodos". (Buarque, 1989).

A função pesquisa científica e tecnológica ocorre, seja no sentido de propiciar ao próprio ensino a necessária renovação, transformação e adaptação aos novos tempos, em ação conjunta com a pesquisa feita extra-muros acadêmicos; seja como pesquisa avançada, pura e aplicada, significando avanços no conhecimento. Aliás, a universidade possivelmente seja, no mundo, o último refúgio da pesquisa desvinculada de interesses imediatos. "A investigação científica prepara o homem de ciência, tanto quanto a especulação filosófica e literária prepara o intelectual. Com isto possibilitará um alargamento e enriquecimento de idéias e comportamentos, uma melhor concepção do poder político, um exercício adequado de cidadania, refina a vida privada, otimiza as relações econômicas, políticas e sociais, condiciona o indivíduo para a busca, preservação e respeito à verdade"; (Belotto, 1976) mesmo porque na própria origem da universidade acha-se a curiosidade que o homem sempre teve para com o mundo, a vida e si mesmo.

São de Darcy Ribeiro as palavras sintetizadoras da missão criadora da universidade: "Dominando e ampliando o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, como condição indispensável ao exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço da interpretação humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidade de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo" (Guimarães, 1980).

As outras funções da universidade são a da transmissão/divulgação do conhecimento, que a leva do ensino e da pesquisa para a mensagem e para atuação comunitária e social e da expansão elimitada extra/muros acadêmicos. Abrem-se estas funções em várias frentes: a editoração universitária, os serviços médicos, psicológicos, veterinários, as assessorias de toda sorte nas áreas das ciências aplicadas, a viabilização de patentes etc.; enfim, da atuação do corpo docente e do corpo discente em tantas forças-tarefa. É a universidade retornando em trabalho e resultado de sustentação que lhe dá a comunidade.

Não obstante o cumprimento dessas funções que sejam por algumas universidades melhor e mais competentemente levados, por outras menos, de nem sempre a sociedade compreende a academia, sonogando-lhe mui-tíssimas vezes os recursos necessários. Isto por interpretar a cultura intelectual como fechada, parcialista, corporativista, elitizante. Na verdade, a universidade, sendo o reduto do saber é, também "uma instituição social dispendiosa para a sociedade que arca com o ônus de sua manutenção e que está a lhe exigir contrapartida em ritmo acelerado". (Guimarães, 1980) No entanto, é preciso que se lhe possa mostrar a extensão do benefício de se manter esta instituição, ainda que seja a médio e a longo prazo. E é a

autonomia universitária - que começa pela autonomia orçamentária e pela autonomia política - que vai possibilitar à universidade poder atuar efetiva e eficazmente. "A universidade oficial é responsabilidade do Estado, que para ela deve carrear os recursos, não como favor ou dádiva, mas como obrigação irrecusável e respeitando sempre a autonomia". (Guimarães, 1980).

As cúpulas universitárias devem estar livres de ingerências estranhas no seu esforço de superação de dificuldades, na provisão adequada dos meios para o estudo e a pesquisa necessária ao progresso da ciência e da cultura. "Uma universidade com compromisso social é aquela que se pauta pela busca de soluções adaptadas à realidade em que vive e atua, mas também é aquela que está na ponta do conhecimento científico internacional, com laboratórios integrados em redes mundiais, com pesquisadores participando de atividades científicas em todas as partes do mundo, com alunos conhecendo outras realidades culturais e históricas..." (Todorov, 1989).

Se a sociedade democrática é a que confere a todos os cidadãos a oportunidade de participar da cultura, como negar à universidade, centralizadora dessa mesma cultura, a necessária independência para ativar o desenvolver a sua ação? Definitivamente, a autonomia é condição primeira. Para realmente alcançá-la a universidade deve mostrar o que é e o que pode ser através, não só do cumprimento efetivo das suas essenciais funções. E não há outra forma de se comprovar isto senão através de documentos; aqui não somente os documentos normativos e/ou os resultantes do funcionamento das atividades-meio mas os de toda ordem que comprovem suas atividades, colegiados, projetos e relatórios de pesquisa, serviços etc., etc., etc. Documentos vitais, documentos de valor permanente, documentos de valor temporário, documentos acessórios, documentos rotineiros...

É nesta altura, evidentemente, que entram os arquivos, ou melhor, é que afloram os pontos convergentes entre universidade e arquivo. Em que uma eficaz política de tratamento de documentos pode otimizar o cumprimento das atividades-meio e das atividades-fim de uma instituição de ensino superior? E quais são as modalidades de arquivo que podem ocorrer na universidade? O próprio enunciar da conceituação, histórico, funções e compromissos dos arquivos e a abordagem das vertentes em que ele pode servir à universidade, demonstrarão facilmente aquela convergência.

Os arquivos constituem essencialmente fontes de informação. Eles resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Estes documentos são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (o relacionado ao motivo de sua produção) ou,

sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, comumente conhecidos como históricos. Neste caso, serão a "fonte direta, fundamental e indiscutível a qual deve recorrer todo historiador" em seu labor da "explicação" histórica (Gaoutier, 1961).

O aparecimento dos arquivos remonta à Antigüidade e todas as monarquias do Oriente Próximo - hititas, assírios, babilônico - dispunham de arquivos organizados, fossem reais, religiosos e mesmo privados. Lá estão, em tabletes de argila de 2.000 anos antes de Cristo, correspondência diplomática, tratados internacionais, relatórios administrativos, contratos, contas de receita e despesa etc. Da mesma forma, a Antigüidade clássica - Grécia e Roma - nos legou, devidamente esclarecidos pelas escavações do século XIX, arquivos inteiros originados por administrações locais, constituídos por documentos legislativos, comerciais, religiosos etc. As cidades gregas possuíam arquivos. A própria palavra resulta deste fato: **Archeion**, que originalmente eram os edifícios onde se reuniam os magistrados, (Cortés Alonso, 1979) passou a designar também o conjunto de documentos por eles produzidos e utilizados.

A Idade Média traz a progressiva decadência dos atos escritos típicos do Direito Romano. Com isso, obviamente dá-se o desprestígio dos arquivos, já que eram as instituições destinadas e congregá-los. Entretanto, no século XII, as concentrações feudais, assim como as administrações itinerantes de alguns reis, vem a revitalizar a prática da guarda de documentos. Documentos estes, reitera-se acumulados quase sempre com a estrita finalidade de provar direitos das autoridades supremas. Ainda não era chegado o tempo em que os arquivos viriam a abrigar comprovantes dos deveres daquelas autoridades para com o povo.

Ora, a mesma fermentação do comércio, o mesmo renascimento da vida urbana e o mesmo aumento demográfico que tanto influenciam o aparecimento das universidades, vem a refletir-se também na área dos arquivos. A partir do século XIII, cada serviço administrativo passa a adquirir o hábito de conservar seus próprios arquivos: vastas séries de contas, de correspondência, de registros, de atos normativos reais e papais, entre outros documentos, redigidos sobre pergaminho, chegaram até nós,

Pelos anos e séculos que se seguiram a área arquivística iria se desenvolvendo, firmando a sua existência, porém sempre ainda ligada diretamente à autoridade máxima: os reis, as suas chancelarias, as altas cúpulas da Igreja Católica e a nobreza. Foi no século XVIII que se adensou a concentração de documentos nos grandes depósitos de arquivos estatais. Até mesmo porque as grandes inovações burocrático-administrativas da época assim o exigiam em toda área da civilização ocidental. E, no bojo da

Revolução Francesa, em 1789, pela primeira vez, abriram-se os arquivos ao cidadão comum.

Instaurava-se, se bem que ainda não com todas as características de sua configuração atual, o princípio da transferência dos arquivos, substituindo o **tonus** de secreto, de segredo de Estado como vinha até então acontecendo.

Mas ainda se passaria um século, antes que os arquivos se abrissem à pesquisa histórica científica. Esta, rapidamente levada ao exagero, constituiu-se na histórica positivista, na qual se desenhava um demasiado culto ao documento. Firmava-se e consolidava-se a aproximação entre os documentos de arquivo e historiografia. "Assim se completava o leque de possibilidades do arquivo, pois, demais de servir à instituição emitente dos papéis e ao cidadão que neles tem algum interesse, agora o arquivo também atenderia aos consulentes em caráter de estudo os quais iriam sendo mais numerosas e requerendo maior dedicação" (Cortés ALonso, 1979). Data do século XIX a grande parte dos arquivos nacionais na Europa e na América Latina, inclusive o do Brasil que foi criado em 1838.

Portanto, paralelamente à história, a arquivista também buscara sua modernização e cientificidade, aproximando-se das teorias e métodos próprios da administração. O princípio do **respect des fonds**, surgido na França em 1841, representava significativamente a nova tendência na organização arquivística, baseada nas estruturas hierárquicas e orgânicas da administração pública. A sua rápida adoção em toda Europa e América demonstrou claramente a aplicabilidade e logicidade de seus princípios. Novos marcos seriam a criação nos moldes modernos, dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos em 1939 e o aparecimento do Conselho Internacional de Arquivos em 1950.

O panorama mundial dos arquivos hoje é bastante alentador, estando seus profissionais em busca de melhorias no aprendizado da arquivística, na adaptação as novas tecnologias e na ampliação dos domínios dos arquivos, dos sistemas de informação integrados, sejam os das empresas, sejam os dos órgãos públicos. A distância entre os dois polos da função arquivística: o da administração e o da história, já não admite solução de continuidade. Cada vez mais é preciso preencher e se concretizar a integração do fluxo documental, baseado no ciclo vital dos documentos, tendo-se nas três idades arquivísticas - a corrente, a intermediária, a permanente - os pilares do tratamento documental. Só ele possibilita que se conheça os conteúdos dos documentos. "A grande reivindicação dos pesquisadores e estudiosos, dos profissionais de comunicação e do público em geral diz respeito à democracia da informação (...). Arquivos desorganizados tornam difícil o acesso à informação. Se documentos se perdem ou são destruídos, não há

como lhes dar acesso; quando se acumulam em massas disformes e sem controle, fatalmente haverá um grande desperdício de tempo para recuperá-lo". (Soares, 1990).

Programas de gestão documental são desenvolvidos em vários dos órgãos públicos brasileiros - até por que já há precisão legal para que se o faça. Não é só o artigo 216, parágrafo 2º da Constituição de 1988 que dita que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem", mas também já está em vigor a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. (Diário Oficial União, 1991).

O objetivo último da arquivologia é a transferência/disseminação da informação a partir de seu objetivo peculiar: documentos que inevitavelmente são os emanados da regulamentação, funcionamento e cumprimento das funções e atividades das entidades, sejam elas públicas ou privadas. Vencida a primeira etapa de sua função - a que visa assegurar o fluxo informacional que permita a organização funcionar adequadamente - cabe aos arquivos a avaliação documental que garantirá a permanência dos documentos de valor circunstancial. A função arquivista no âmbito dos arquivos permanentes, ditos históricos - constituídos justamente pelos documentos remanescentes das eliminações criteriosas - será a de garantir a "memória" das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural.

Dados os dois quadros - perfil e história - tanto da universidade como do arquivo, já se pode contar com elementos de discussão de onde, como e porquê se cruzam estes dois entes. De um lado, acha-se a universidade; esta, para que cumpra adequadamente, suas funções fundamentais - ensino, pesquisa e extensão necessita de informações exatas, atualizadas e pertinentes sejam elas ligadas suas atividades-fins sejam às atividades-meio. De outro lado, situa-se o arquivo, significando o grande referencial informativo a organizar, a moldar, a viabilizar as próprias relações administrativas; igualmente, ele significa o referencial/memória apto a oferecer retratos das situações, atos, fatos e comportamentos passados.

O papel principal dos arquivos universitários é o de 1 - reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2 - avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3 -

supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depreende-se seu segundo grande papel que é o de: 1 - fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível; 2 - fazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores" (Jilek, s/d).

As universidades, tal como outras instituições públicas e privadas, devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação (a eliminação, a conservação temporária ou a guarda permanente). "Uma política de tratamento de documentos é a forma concreta e estruturada de organizar os meios que permitirão o tratamento eficaz e rentável de documentos deve ter como finalidade a planificação, o estabelecimento e manutenção de todos os meios (regulamentação, estrutura, programa) que tornem possível um controle racional, eficaz e rentável da criação, utilização, recuperação e conservação de documentos que esta administração produz/recebe de suas atividades" (Couture & Rousseau, 1982).

Um sistema de arquivo em cada universidade deve e pode criar condições de otimização das funções-fins de ensino, pesquisa e extensão, ademais das próprias atividades-meio da área administrativa. Ademais, passado o uso primário do documento (o uso administrativo, ligado diretamente à sua criação) se ele for considerado de valor permanente irá integrar a "memória" da universidade, junto aos demais documentos de seu "arquivo histórico". Este, por sua vez, é constituído dos vários agrupamentos documentais advindo das unidades acadêmicas e das administrativas. No sentido geral os arquivos finais tem multipla razão de ser para as entidades que os produzem/acumulam/organizam/utilizam: uma delas é o incremento à eficiência administrativa devido a melhor eficácia do sistema informativo; outra é de ordem cultural integrante do patrimônio documental local e nacional; a terceira razão relaciona-se aos interesses do cidadão. "Os documentos oficiais definem as relações entre governo e governados; ainda, mesmo ultrapassados os prazos de vigência, os arquivos permanentes "englobam

grande capital dessa experiência oficial de que o governo necessita para dar continuidade e consistência às suas ações, tomar determinações, tratar de problemas sociais e econômicos, bem como de problemas de organização e métodos". (Schelleberg, 1973) Ora, se estes argumentos forem carreados para a área dos arquivos permanentes das universidades serão igualmente válidos: possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente, fornecem dados de toda ordem como "grande capital de experiência" para continuidade institucional da universidade.

Na análise do ponto de convergência entre arquivos e universidade evidencia-se a importância, a aplicabilidade, a relevância do papel dos arquivos junto às instituições do ensino superior. São cinco as vertentes em que se apresenta esta convergência.

1. Arquivo na universidade enquanto sistema documental oficial da informação administrativa e da científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.

2. Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e de história da região.

3. Arquivos de universidade como integrante de um sistema maior dentro da esfera jurídico-administrativa a qual a entidade está ligada.

4. Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos especialmente os municipais, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.

5. Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão com que a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais.

Um recente ato dispositivo, emanado da Secretaria Nacional de Educação Superior do Ministério da Educação (Brasil, 1990) mostra, ainda que de forma parcelada e, de certa forma, ao arrepio da moderna terminologia arquivística, a preocupação do governo federal para com a função arquivística dentro da universidade. Os considerandos daquela Portaria aludem às inúmeras consultas feitas ao MEC por instituições universitárias federais e particulares sobre o arquivamento e inutilização de documentos. Como se trata de provas documentais que impõem cuidados especiais para resguardo dos aspectos de natureza jurídica, acadêmica e preservação da sua memó-

ria, devem ser estabelecidas normas, passando a movimentação do arquivo a ser responsabilidade do Secretário da instituição. Assim, em 10 artigos regulamentou-se sobre "o arquivamento de livros e documentos referentes às atividades dos estabelecimentos de ensino", estabelecendo-se divisão entre a fase do "nascimento, assim entendido enquanto os livros, documentos e papéis estiverem sendo escriturados, e a outra como o título de definitivo, quando concluída a movimentação, quer pelo preenchimento ou pela conclusão final".

As várias espécies documentais próprias do serviço acadêmicos são contempladas nos sucessivos artigos, estipulando-se para o "arquivamento perpétuo (sic)" somente os livros de atas de conselhos e Departamentos; a ficha correspondente ao histórico escolar de ex-alunos, concluintes de cursos ou não e documentação referente ao exercício de magistério nos cursos da instituição". Denota-se pela amplitude deste último item em contraponto aos dois primeiros e pela ausência de referência às atividades de pesquisa e extensão que esta primeira regulamentação está longe de abarcar toda a documentação gerada/ acumulada pelas universidades. Ademais, não se fala em arquivos setoriais, centrais e permanentes, muito menos em gestão de documentos. De qualquer forma significa uma certa atenção das autoridades ministeriais para com a organização das informações na universidade.

Devemos atentar para o fato de que a preconizada necessidade de mudança, de maior determinação e melhor qualidade da universidade para impor-se, precisa contar com informações suficientes e organizadas para responder à demanda no cumprimento de suas funções essenciais, sendo, para tanto, necessários bons profissionais. Estes deverão ser obtidos junto às áreas de ensino e de assistência técnica, podendo ainda atuar na organização e disseminação dos arquivos culturais formados de doações ou compras. Embora com seu perfil próprio, damos-nos conta que estas atividades arquivísticas estão relacionadas e podem, a partir de um entendimento e trabalho conjunto, contribuindo de forma real e eficaz para que a universidade otimize todas as metas que se propõe atingir. Ensino, pesquisa, transmissão e serviço à comunidade serão beneficiários marcantes da adequada organização dos sistemas de arquivo e do programa de formação do pessoal técnico. Só assim arquivos e universidades estarão cumprindo cabalmente seu objetivo último na sociedade: o melhor informá-la para melhor instrumentá-la a fim de que se absorvam as mudanças necessárias ao seu próprio progresso.

UNIVERSITY AND ARCHIVE:PROFILE, HISTORY AND CONVERGENCE

SUMMARY:

BELLOTTO, Heloisa L. *University and archive: profile, history and convergence.*

Trans-in-formação, 1(3): 15 - 28, sept/dec., 1989.

Reflexions about history of the university organizations and consolidation of its fundamental functions: university-education, university-research, university-divulging and university-services; about the importance of the university's self-governament (autonomy) and the demonstration of its ended-actives through documents; and, about the history of the appearance of the Archives and the Archivology. Discuss the converge point between university abs archives and the necessity of one efficient policy of treatment of the documents.

Key words: University - Archieves - History

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli (1982). A dinâmica do livro na Universidade Medieval. **Revista de Comunicações e Artes**, São Paulo, 11:1-11.
- BELLOTTO, Manuel Lelo (1976). Universidade: idéia e compromisso: integração inadiável. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, 17:193.
- BRASIL. Ministérios da Educação. Secretaria Nacional de Educação Superior. Portaria nº 225, de 20 de dez. 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1990. Seção I, p.25.
- BUARQUE, Christóvam (1989). **Na fronteira do futuro: o projeto da UNB**. Brasília, Editora UNB.
- CORTÉS ALONSO, Civenta. (1979) La función de los archivo. In _____ **Archivos de Españã y América**; materiales para un manual. Madrid: Ed. Universidad Complutense.
- COUTURE, Carol & ROUSSEAU, Jean Ives (1982) **Les archives ou XXeme Siècle: une réponse aux besoin de l'administration et de la recherche**, Montréal: Université de Montréal.
- Diário Oficial da União**. Brasília, 09. jan. 1991.

- GAUTIER, Robert-Henri (1961) Les archives. In: SAMARA, Cherlem, **L'Histoire et ces méthodes**. Paris: Gallimard.
- GUIMARÃES, Moacyr Expedito Vaz (1980). Universidade e comunidade: integração inadiável. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, 17:193.
- JILEK, B. **Le rôle, le fonctionnement et l' organization des archeves universitaires**. Montréal, Université de Montréal, (mimeo).
- MACEDO, Jorge Borges de (1977). A Independência da universidade. **Democracia e Liberdade**. Lisboa.
- MONDOLFO, Rodolfo (1966). **Universidade: passado e presente**. Buenos Ayres: Eudeba.
- PIERRENE, Henri (1966). **História econômica e social - Idade Média**. Trad. de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou.
- RIBEIRO, Darcy (1969). **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SHELLEMBERG, T.R. (1973). **Arquivos modernos**. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV.
- SOARES, Nilza Teixeira (1990). **Gestão de documentos: compromisso do Governo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 8, Salvador, 14-20, out.
- TODOROV, João Cláudio (1989). **A universidade brasileira: crises e perspectivas**. Brasília: Editora UNB.